

REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA:

História e estórias do imaginário popular no Vale do Guaporé

Sílvio Melo do Nascimentoⁱ

RESUMO: O texto aborda a construção do Real Forte Príncipe da Beira e sua singularidade na história de Rondônia, buscando estabelecer nexos entre duas dimensões essenciais ao pesquisador: o contexto historiográfico oficial e as narrativas tradicionais de estórias presentes no imaginário dos ribeirinhos. O estudo foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica situada em livros e artigos científicos e em coleta de dados de entrevistas informais com moradores de Costa Marques.

Palavras-Chave: História; Real Forte Príncipe da Beira; Imaginário; Vale do Guaporé.

INTRODUÇÃO

O artigo tem como escopo constituir um resumo da história oficial do Real Forte Príncipe da Beira (1776/1783), paralelo aos contos orais do imaginário popular, narrada pelos moradores do povoado homônimo, que estão guardados nas suas memórias, um dos eixos temáticos do texto. O valor cultural do imaginário, com ampliação dos conceitos e inter-relação entre memória e história oral, parte do entendimento de que as narrativas de pessoas simples ressignificam a história cultural. RIOS (2005, p. 9) afirma que “as pessoas recordam individualmente, mas adquirem essas lembranças, mantêm nas e recontem-nas socialmente – e é isso que as torna coletivas.

Estão presentes no cotidiano dos ribeirinhos, a memória e a tradição de uma comunidade, quando relatam estórias oriundas dos fatos populares peculiares a sua região. A história/estória é utilizada neste texto como um meio de interação entre memória e história tradicional, que possibilita novos conhecimentos e expressões na reconstituição da arte de contar uma estória ou como afirma DE CERTEAU (1990, p. 141) é uma “[...] maneira de fazer” textual, com seus procedimentos e táticas próprias”.

Num primeiro momento, historiciza-se a construção da fortaleza em sua oficialidade, como sentinela edificada para assegurar a posse portuguesa no oeste amazônico. No segundo momento, entra em cena a figura do Sargento-Mor do Real Corpo de Engenheiros do Exército Português, o futuro

Tenente-Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, homem cuja dedicação à região deixou um vasto legado do seu trabalho de demarcação das terras e outras lides geográficas. No terceiro momento, comenta-se sobre o possível tremor de terra, conhecido a partir da leitura de um registro nas paredes da fortaleza e se idealiza a repercussão entre os moradores do povoado. No quarto momento, abordam-se as estórias contadas pelo imaginário ribeirinho em torno de fatos, lendas e da construção do mítico.

Nas considerações finais, um resumo da situação da fortaleza até os dias atuais, com a relevância do trabalho do Marechal Rondon que obteve junto ao governo brasileiro, o tombamento histórico da Fortaleza e a sua exaltação da narrativa popular por meio da constituição de um acervo com histórias locais que possibilite o desenvolvimento de estratégias para repensar o passado e a sua relação com o tempo presente.

A CONSTRUÇÃO DO REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA

Localizado no município de Costa Marques, à margem direita do rio Guaporé, na localidade denominada Príncipe da Beira, as ruínas de uma antiga Fortaleza faz parte do Patrimônio Histórico Nacional, inscrito no livro de Tombo das Belas Artes (Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937) e é o monumento mais antigo do estado de Rondônia. Durante grande parte do século XVIII serviu para manter o domínio português sobre as duas principais vias de comunicação da região do oeste amazônico, os caudalosos rios Guaporé e Jauru, ambos, importantes nas ambições de domínio da região amazônica pelas Coroas Ibéricas.



**[FIG. I] Entrada principal do Real Forte Príncipe da Beira.
Foto: Joel Rodrigues Miranda**

A pedra fundamental da obra foi colocada no dia 20 de junho de 1776. Segundo Pinto (1986), o Real Forte Príncipe da Beira foi erguido por ordem do Rei de Portugal Dom José I, em substituição ao Fortim de Conceição que no ano de 1771, ficou destruído em razão de uma grande enchente do Rio Guaporé. Mesmo sendo reconstruído em 1772, com o nome mudado para Forte de Bragança, terminou abandonado e hoje são poucas as suas ruínas encontradas. Surgiu então, um novo projeto arquitetônico planejado no estilo arquitetônico do francês Sébastien Le Prestre, engenheiro militar de fortificações criou tecnologias defensivas um estilo de fortificação que é conhecido por estilo Vauban.

Durante mais de meio século de trabalho sem interrupção, desenhou as plantas de cerca de uma centena de fortificações e instalações portuárias. Entre elas a planta do Real Forte Príncipe da Beira. Sobre um gigante bloco de itabirito, construiu-se um quadrado próximo de 119 metros, com quatro baluartes e 14 canhões montados em suas muralhas. O local escolhido pelo Governador Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres abrangia a margem direita do rio Guaporé num trecho encachoeirado, impossibilitando a navegação para quem se habilitasse a atacar a Fortaleza.

Sabe-se que um profundo fosso aberto ao seu redor, alimentado pelas águas do rio Guaporé, servia para isolar proteger o Forte do avanço de possíveis inimigos espanhóis por terra. O único acesso ao seu interior era feito via uma ponte elevadiça com três metros de comprimento no setor norte de sua muralha. No interior, construiu-se 14 residências destinadas aos Comandantes e Oficiais, além da capela (suas ruínas foram recentemente descobertas por uma equipe de arqueólogos, durante uma limpeza no interior da fortaleza), armazém, depósito, alojamento para os soldados, prisão e no centro, uma espécie de poço com abertura moldada em quadrado e ligada a um estreito túnel. Ali, captava-se a água sem sair do interior da construção, mas há quem defenda que se tratava também de uma possível rota de fuga em casos emergenciais de ataques do inimigo. Grosso modo, sua função completa ainda é uma incógnita.



**[FIG. II] Poço no centro da Fortaleza.
Foto: Joel Rodrigues Miranda**

Devido ao gigantismo da obra, o Real Forte Príncipe da Beira teve papel preponderante no povoamento do Vale do Guaporé, porquanto atraiu para inóspita região, uma legião de operários, escravos, comerciantes, aventureiros, militares entre outros. Seu primeiro Comandante foi o Capitão de Dragões é José de Melo de Souza Castro e Vilhena. Nas paredes da cela, o prisioneiro Pacheco rabiscou suas garatujas em forma de poema, mas suas estrofes estão praticamente ilegíveis pela erosão, umidade e falta de conservação no local.

À mostra, o desprezo das autoridades governamentais pela centenária cultura do Vale do Guaporé. Após a resolução das questões fronteiriças entre Portugal e Espanha, a Fortaleza perdeu sua função militar e entrou em decadência, mas foi definitivamente abandonado em 1895. Saldanha (s/d, p. 64) comenta que:

Isso representou o isolamento de sua população, que deixou de estar em contato com a capital. E foi tão doloroso esse insulamento, que em 1931, quando foi inaugurada a Empresa de Navegação nos rios Mamoré e Guaporé, que tinha a finalidade de fazer uma ligação mensal de Guajará-Mirim a Vila Bela, quando a lancha aproximava-se do porto, o barulho de suas máquinas apavorou a população, que saiu correndo para a mata, julgando que era o fim do mundo ou uma provação de Deus. Os poucos que ficaram, quando ouviam o apito estridente da lancha, também procuraram a floresta. E foi com muita paciência e um dia de entendimento para aquela pobre gente tomar contato com o pessoal da embarcação e voltasse tranquila para a casa.

Após a Proclamação da República em 1889, a última guarnição do Forte não teve mais assistência militar/financeira, nem comunicação e nem mantimentos. Seu último Comandante, o Sargento Queiroz, conhecido por “Xiboca”, dirigiu-se à Vila Bela da Santíssima Trindade. Como não fora

comunicado sobre o fim da monarquia no Brasil, ao chegar à localidade, fez saudações ao Imperador Pedro II. Recebeu voz de prisão, contudo, conseguiu absolvição no julgamento: era um reles inocente.

RICARDO FRANCO: O HERÓI ESQUECIDO DA FLORESTA GUAPOREANA

O projeto arquitetônico do Real Forte Príncipe da Beira era de autoria do engenheiro italiano e ajudante de infantaria Domingos Sambucetti. Por quatro anos, ele liderou a construção da obra faraônica e execução dos serviços. Entretanto, em 1780, a malária que tantas vidas ceifou durante o período de edificação da fortaleza, levou Sambucetti à morte. Seu monumento incompleto lhe serviu de sepultura. Em seu lugar assumiu o capitão José Pinheiro de Lacerda, mas por um breve período de alguns meses e logo foi substituído em 1781.

Entra em cena então, a figura do Sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros do Exército Português, o futuro Tenente-Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra que havia desenvolvido um difícil trabalho como chefe da 3.^a Comissão de Limites do Tratado de Santo Ildefonso de 1777, encarregada de demarcar as novas fronteiras amazônicas entre os domínios de Portugal e Espanha. Relevar seu nome neste processo é importante, pois segundo FONSECA (2006:14), reconstruir trajetórias de vida significa recuperar os diferentes sentidos e significados que os sujeitos dão às suas experiências, e o modo como constroem e reconstroem suas identidades.

Ricardo Franco cumpria mais uma de suas missões, quando, após percorrer os rios Negro e Mauá, recebeu ordens para juntar-se à expedição de Francisco José Lacerda Almeida, que vinha de Barcelos, percorrendo os rios Mamoré e Guaporé. A expedição destinava-se a concluir as obras do Real Forte do Príncipe da Beira, composta pelos engenheiros Joaquim José Ferreira e Antônio Pires da Silva Pontes. Geógrafo, cartógrafo, sociólogo e militar, era grande conhecedor das terras amazônicas, dotado de uma inteligência desmedida e rara naqueles tempos.

Dedicou-se ao exercício da cartografia e entre seus trabalhos, encontra-se a elaboração dos mapas geográficos das capitanias do Grão-Pará, Rio

Negro, Maranhão e Piauí. Explorou diversos rios e planejava estabelecer comunicação com territórios localizados ao norte da colônia onde se situam atualmente, territórios do Suriname e da Venezuela. Com a popularidade em alta com a corte, recebeu do Governador Dom Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres a incumbência de aperfeiçoar a carta geográfica da Capitania de Mato Grosso e para cumprir tão difícil função montou um escritório de cartografia em Vila Bela da Santíssima Trindade.

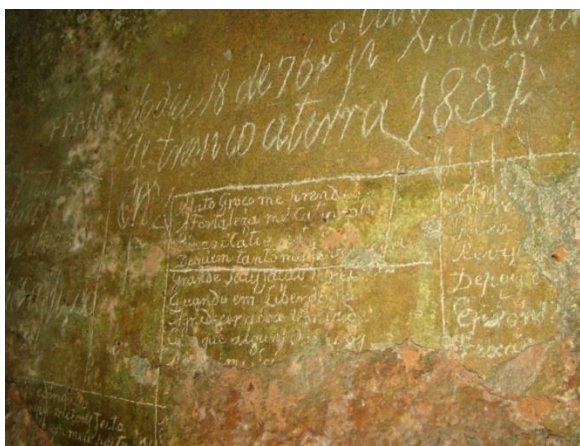
O objetivo a conquistar era o mapeamento hidrográfico. Ainda no século XVIII mapeou o rio Guaporé. A história lhe outorgou com justiça, a glória de ser considerado o responsável pela consolidação da soberania portuguesa no rio Paraguai. A dedicação ao Rei o credenciou como maior *expert* em defesa das fronteiras coloniais, assessorando o governo da capitania do Mato Grosso. Exaurido durante anos pelo trabalho árduo e atacado pela insalubridade que o ambiente lhe infligia, em forma de doenças tropicais, faleceu em 1808 no Forte Coimbra.

Dois fatos ocorridos pouco antes de sua morte enaltecem ainda mais sua biografia: a carta de alforria destinada ao seu escravo particular de nome Damião que o acompanhara sempre como serviçal, bem como o pedido ao Governador João Carlos Augusto de Oeynhausner que amparasse seus filhos, fruto de um relacionamento amoroso com uma índia guaycuru, para quem legou seus bens. Ricardo Franco de Almeida Serra alcançou o posto de Coronel e se viu agraciado com o hábito da Ordem de São Bento de Avis. É considerado um herói da capitania e teve seus restos mortais trasladados para Vila Bela. Somente em 1953, seus ossos foram restituídos ao Forte Coimbra. Quanto ao Real Forte Príncipe da Beira, concluiu seus trabalhos em 20 de agosto de 1783. Certamente, não tem o devido reconhecimento das novas gerações de rondonianos que mal conhecem a sua história e a sua imensurável contribuição para a formação do atual Estado.

Mas, nas selvas guaporeanas, sua atuação continua marcada pela imponência do monumento histórico de defesa lusa, símbolo da conquista territorial nos confins do Brasil. O Forte Príncipe da Beira se configurou num imponente gigante de pedra canga, adormecido à margem o rio Guaporé, embelezando a grande floresta.

O APOCALIPSE NA FORTALEZA: O DIA EM QUE A TERRA TREMEU!

A imagem rabiscada por sobre as paredes da cela no interior da prisão do Real Forte Príncipe da Beira já estão pouco visíveis, em consequência da falta de conservação. O espaço onde se localiza estes escritos, há tempos, entrou em processo irreversível de erosão, corolário do abandono imposto há anos ao maior patrimônio histórico de Rondônia.



[FIG. III] Parede do interior da cela com registro do tremor.
Foto: Arquivo pessoal do autor

Nesta fotografia tirada alguns anos antes dos escritos serem carcomidos pelo desgaste do tempo, dá pra ver nitidamente parte do poema grafado pelo infeliz Pacheco, um prisioneiro que ali expiou sua pena durante anos. Sem utilidade militar, a fortaleza se tornou um presídio, em cuja cela, o “poeta-prisioneiro”, além de lastimar seu desterro, escreveu seus melódicos versos, dedicados a uma certa Firmina, que deduz-se, ter sido um amor daqueles inesquecíveis. Sobre a existência do prisioneiro Pacheco, Saldanha (s/d, p. 44) escreveu:

João Severiano da Fonseca, em seu livro VIAGEM AO REDOR DO BRASIL, quando em 1887 passou pela região do Guaporé, descendo da capitania do Mato Grosso, copiou quase todos os versos e diz que o prisioneiro se referia a uma Firmina e que os versos eram em forma de glossário. Infelizmente, pouca coisa conseguiu-se copiar, depois de tantos anos.

Em letras maiores, outro prisioneiro anônimo ou talvez, o próprio Pacheco, relatou outro acontecimento singular, ocorrido em 18 de setembro de 1852, às duas horas da tarde: um grande tremor de terra de duração ignorada se abateu sobre o entorno do Real Forte Príncipe da Beira. Mas o que aconteceu? Seria resultado de alguma falha geológica resultante das terras peruanas ou chilenas? Pelo escritos grafados nas paredes da prisão, o anônimo sujeito registrou apenas o abalo sentido. Certamente, sua condição no cárcere não lhe proporcionava discernimento para entender o fenômeno e grafar maiores explicações.

O escritor Octaviano Cabral, assim comentou o episódio, citando como fonte, um cidadão de nome Cardoso, provavelmente funcionário dos americanos da empresa Rubber: “uma noite escura um enorme clarão e estrondo para os lados da serra apavorou os habitantes da Fortaleza que se puseram a rezar e pedir a misericórdia divina. Sentiram até fragmentos de areia que viera do céu” (CABRAL, 1963, p. 147).

As ilações do autor é que o fenômeno se tratava na verdade de um meteorito que despencou dos céus de Rondônia (Mato Grosso à época) embora não se tenha nenhum registro do acontecido, excetuando-se o que o prisioneiro do Forte Príncipe da Beira escreveu nas paredes da prisão. Ainda em referência ao mesmo assunto, o autor acrescentou: “o verdadeiro pavor e terror pânico do povinho do Forte foi em 18 de julho de 1852. A terra tremeu por alguns segundos. Após, o povilêu passara duas noites e dois dias em torno da capela apelando para os santos de sua devoção, os tiradores de rezas, homens e mulheres, se revezando para enfrentarem a cólera divina” (CABRAL, 1963, p.147).

Entre a notícia gravada pelo prisioneiro da fortaleza e os trechos narrados por Octaviano Cabral existe uma incompatibilidade de horários. Entretanto, a suspeição da queda do meteorito é mais crível em razão das características abordadas no texto, sobretudo porque, um terremoto de grandes dimensões com o epicentro no Vale do Guaporé seria quase impossível. É curioso imaginar quão aterrorizados ficaram os moradores daquela fronteira, mormente, pelo medo do inesperado, pelo elemento surpresa e pelo apego à religião como explicação para os fenômenos desconhecidos.

Seria então o Vale do Guaporé, nas cercanias de Costa Marques, propenso à queda de meteoritos? O fato é que em meados dos anos 90 no atual distrito de São Domingos, quando este ainda era habitado por poucas pessoas, há relatos de algo misterioso que riscou o espaço sideral, caiu em chamas, fato seguido de grande explosão. À época, chegou-se a comentar sobre certa pessoa em estado senil que presenciara o ocorrido e faleceu de infarto em consequência do susto que levou. Nada foi registrado oficialmente ou pesquisado e se algum meteorito caiu de verdade nas terras do São Domingos, deve está adormecido sob a proteção da selva amazônica.

ESTÓRIAS DO IMAGINÁRIO DOS MORADORES MAIS ANTIGOS

Se "a memória recupera o vivido" como afirma ZUMTHOR (1997, p.15), sua articulação é essencial pra ligar a memória individual com a história regional. É a forma mais adequada de resgate do imaginário local, o que nos faz tomar por instrumento a história oral, procurando reconstituir histórias do cotidiano de pessoas simples que não tiveram suas trajetórias documentadas pelos registros oficiais.

É do cotidiano dos ribeirinhos e habitantes de Costa Marques e da comunidade do Forte Príncipe da Beira, a tradição de contar sobre as mais diversas estórias que a Fortaleza inspira com seus ares de mistérios. São narrativas populares, cujas identidades (BAUMAN, 2005), estão servindo de fontes que percorremos caminhos dos símbolos, das imagens, das interações e subjetividades do mundo ao nosso redor.

O primeiro conto diz respeito à estrada de chão de barro batido, com seus 25 km de extensão, ligando Costa Marques à comunidade. Os mais antigos relatam que até os dias atuais, é impossível trafegar à noite por aquelas plagas. Assombrações sinistras estão à espreita dos mais incautos que, não raras vezes, insistem em viajar pela madrugada, a pé ou em suas bicicletas. O trajeto é mal-assombrado em razão das dezenas de mortes trágicas ocorridas durante os idos passados.

Quem insiste em seguir, sente um peso estranho no bagageiro da bicicleta, porém, o medo mórbido de olhar para trás impede de descobrir quem é o "fantasma" que pega carona. Outra estória conhecida denota o perigo de

passar em frente da entrada principal da fortaleza, simplesmente pelo fato de ter a desagradável companhia de uma mulher vestida de branco, alguém que faleceu em época desconhecida, mas, não se tem conhecimento se algum morador mais desavisado dialogou com as fantasmagóricas aparições.

Deixando o sobrenatural de lado, há narrativas sobre o roubo de relíquias diversas, quando do abandono da fortaleza na última década do século XIX. Comenta-se que os canhões se espalharam e chegaram até a serem vendidos a navios ingleses em Antofagasta, no Pacífico. Contudo, é sabido pelos ribeirinhos que no interior da capela do Forte Príncipe havia um grande sino de ouro. A relíquia parece ter sido subtraída por algum viajante fronteiriço que por lá passou, antes da redescoberta do monumento pelo Marechal Rondon.

O ex-prefeito de Costa Marques Raimundo Mesquita Muniz, em suas andanças pela Bolívia, encontrou a aludida peça na cidade boliviana de Madalena. Pelos símbolos portugueses gravados nas abas da peça, o ex-alcaide acredita ser mesmo o sino desaparecido do Forte, com um detalhe apenas, a peça é de bronze, desmitificando a alegoria contada pelos “beradeiros” que, divagando pela imaginação, garantiam ser de ouro até o badalo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos iniciais do século XX, o Real Forte do Príncipe da Beira foi submetido a um intenso processo de sucateamento e abandono. A vegetação avançou em todas as dependências e se infiltrou nas paredes que começaram a ruir. Somente, a partir de 1914, o militar e sertanista Cândido Mariano da Silva Rondon, numa de suas expedições pelo Vale do Guaporé, redescobriu a fortaleza, comunicando o fato às autoridades da República.

Em 1930, ao retornar ao local, na qualidade de inspetor de fronteiras, observou que aquela monumental obra da antiga arquitetura portuguesa, continuava esquecida e perdida, tomada pela floresta. A partir de então, Rondon passou insistir para que o governo brasileiro reativasse as funções militares no entorno do Forte. Em 1937, o Exército resolveu enviar para a localidade um contingente: o 7º Pelotão de Fronteira, cuja pedra fundamental

do edifício do Quartel foi lançada em 1934. O esforço do Marechal Rondon resultou que em 30 de novembro de 1937, procedeu-se o tombamento histórico da fortaleza, mesmo que várias das suas relíquias tenham sido roubadas.

Concretamente, o Forte é o marco maior na colonização e povoamento dos vales Madeira/Guaporé. Sua construção ainda exhibe interrogações a serem pesquisadas e estudadas com mais afinco pelos historiadores, sobretudo pela sua riqueza cultural e estratégica na defesa das terras espanholas conquistadas pelos portugueses, em meio às ambiciosas expedições à região amazônica.

RIOS (2005, p. 9) comenta que “(...) a historiografia moderna, apresentou interesse crescente pela memória coletiva e cultural e pela maneira como ela afeta a forma como a história é comemorada, celebrada ou esquecida”. Escrever sobre o imaginário popular possibilita criar uma forma de enraizamento com a cultura histórica, por meio da qual os moradores possam conhecer e valorizar o passado, compreendendo a sua relação com o presente e com a própria comunidade do Forte Príncipe da Beira, ou pelo menos, permanece a esperança do resgate histórico e arquitetônico daquele que consideramos a pedra fundamental do Estado de Rondônia.

REFERÊNCIAS

BAUMAN. Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CABRAL, Octaviano. **História de uma região – Mato grosso, fronteira Brasil-Bolívia e Rondônia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Hymalaia, 1963.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 7ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FONSECA, Selva Guimarães. **Ser Professor no Brasil: História oral de vida**. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. **HISTÓRIA - Desenvolvimento e Colonização do Estado de Rondônia**. Dinâmica Editora. 5ª edição, 2004.

PINTO, Emanuel Pontes. **CAIARI – Lendas, Proto-História e História**. Rio de Janeiro: 1986.

RIOS, Ana L. MATTOS, Hebe M. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAMPAIO, Wany e SILVA, Vera da. **Os povos indígenas de Rondônia**. 2ª Ed., Porto Velho: Edufro, 1997.

SILVA, Maria das Graças S. N. Silva. **O espaço ribeirinho**. Terceira Margem, Porto Velho: 2003.

SOBRINHO, Paulo Saldanha. **Fatos, Histórias e Lendas do Guaporé**. Gráfica Lorena Ltda.S/D.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues, Dante Ribeiro da Fonseca. **História Regional: Rondônia**. Porto Velho: Rondoniana, 2ª Ed. 2001.

ZUMTHOR, Paul. **Tradição e esquecimento**. São Paulo: Hucitec, 1997.

NOTAS

ⁱPossui graduação em HISTÓRIA (Licenciatura Plena) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1990). Atualmente exerce a função de professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO - Campus Ariquemes. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional. Lecionou por 17 anos no Estado de Rondônia nas redes de ensino municipal e estadual e com a pedagogia da alternância. É mestrando em Educação pelo Programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.